

AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E A DEPENDÊNCIA DAS *COMMODITIES*

Bruna Lafraia Ribeiro da Silva¹

Flavia Lunelli²

Carlos Ilton Cleto³

RESUMO

A globalização afetou em diferentes graus a comunidade econômica mundial e tornou o comércio internacional fundamental para a economia das nações, traduzido nas importações e exportações. Diante do contexto histórico do Brasil, a pauta exportadora do país é marcada, sobretudo, pelos produtos básicos, notadamente as *commodities*. Para estudá-la, faz-se necessário uma análise da Balança Comercial do país. A partir de pesquisas bibliográficas associadas a uma leitura crítica de dados percentuais e tendo em observância as teorias do comércio internacional, são verificadas as características dos produtos exportados e os setores que os produtos fazem parte. A análise demonstra, enfim, uma dependência na exportação de *commodities*, principalmente para a China, responsável por 28,1% do total das exportações brasileiras em 2019. Destaca-se sobretudo a soja, que teve 78,43% de toda a sua produção destinada ao mercado chinês, culminando em um superávit brasileiro de quase US\$ 30 bilhões em relação a balança chinesa em 2019. As *commodities* e a China são o cerne deste trabalho, eis que o parceiro asiático e os produtos básicos exportados são os eixos das relações comerciais brasileiras, desempenhando papéis importantes para o crescimento econômico

¹ Aluna do 6º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). *E-mail*: bruna.lafraia@mail.fae.edu

² Aluna do 6º período do curso de Negócios Internacionais da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). *E-mail*: flavia.lunelli@mail.fae.edu

³ Orientador da Pesquisa. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: carlos.cleto@fae.edu

do país. Importa, portanto, a análise profunda das trocas comerciais brasileiras, uma vez que a forte relação de dependência comercial do Brasil em relação a China gera preocupação. A Balança Comercial brasileira, o panorama de exportações e o desenvolvimento socioeconômico do país ficam suscetíveis às consequências desta estreita relação.

Palavras-chave: Exportação. Balança Comercial. *Commodities*. China. Brasil.

INTRODUÇÃO

A “globalização [...] caracteriza um processo que vem transformando a economia mundial contemporânea” (CARVALHO; SILVA, 2017). Atualmente, conforme Segalis, França e Atsumi (2012) o processo de globalização, que afetou em diferentes graus todos os membros da comunidade econômica mundial, tornou o comércio internacional vital para a economia das nações, tendo como resultado uma interdependência jamais vista. Lopez (2005) também afirma que, no atual estágio de integração mundial em termos de informação, consumidores passam a se tornar mais exigentes e dispostos a adquirir bens e serviços que atendam suas necessidades, independentemente de sua origem. Dessa forma, nota-se que nenhum país é autossuficiente e capaz de atender integralmente as exigências de sua demanda, o que gera a necessidade de relações de trocas de mercadorias, traduzindo-se nas importações e exportações.

Assim, no atual cenário mundial, o comércio internacional desempenha papel fundamental no desenvolvimento dos países. “Nas últimas quatro décadas, sua participação sobre o total de riqueza produzida em nível mundial quadruplicou, isto é, o comércio tem sido um dos grandes promotores do crescimento econômico” (LOPEZ, 2005).

De acordo com Sandroni (2005), o intercâmbio de bens e serviços entre países é resultado da especialização da divisão internacional do trabalho, onde seu desenvolvimento depende fundamentalmente do nível dos termos de intercâmbio que se consegue comparando o poder aquisitivo de dois países que mantêm relações comerciais. Para Lopez (2005), em países em desenvolvimento como o Brasil, o comércio internacional é uma das principais variáveis que possibilita o seu financiamento e desenvolvimento, os permitindo atender suas necessidades de infraestrutura, bens e tecnologia, além de manter relações diretas com países desenvolvidos na intenção de alcançar níveis de distribuição de renda e qualidade de vida similares. Lanzana *et al.* (2006) acrescenta que quanto maior a integração econômica mundial de um país, maior a sua exposição a concorrência internacional, maior a absorção de tecnologias e maior opção aos consumidores finais a custos e preços menores.

Todavia, ademais os sintomas da globalização, a economia encontra-se em meio a um contexto mundial misto, onde também se sentem os sintomas de tendências protecionistas, guerras comerciais e políticas opostas ao livre comércio, em que as balanças comerciais sentem os impactos diretos. “Desde que se traçaram fronteiras entre as nações, criaram-se barreiras ao fluxo de mercadorias, que passa a ser fiscalizado e regulamentado segundo políticas comerciais próprias” (SANDRONI, 2005).

Contudo, mesmo com as dificuldades, as importações e exportações proporcionam uma ampliação de mercados consumidores e no fluxo monetário caracterizado pela entrada e saída de divisas, por investimentos estrangeiros e financiamentos internacionais; ganhos de escala, aumentos de produtividade e qualidade, favorecendo a competitividade no mercado externo e interno, gerando crescimento socioeconômico e desenvolvimento aos países. Economicamente falando, o comércio exterior atua no equilíbrio macroeconômico, refletindo diretamente na balança comercial.

Portanto, é conveniente analisar mais detalhadamente o comportamento do comércio exterior brasileiro, como este impacta a balança comercial do país e quais as consequências iminentes vindas dessa estreita relação com alguns países a longo prazo, principalmente com a China. Importa, portanto, relacionar concomitante e diretamente essa relação com os principais produtos comercializados. Então, o presente trabalho pretende, a partir de uma leitura crítica do percentual de participação da China nas relações comerciais com o Brasil e da análise dos principais produtos exportados para aquele país, principalmente, averiguar o comportamento das exportações na última década, tendo como objetivos observar as Teorias Econômicas e conceitos que tratam das trocas comerciais internacionais, verificar quais os principais produtos da pauta de exportação brasileira para a China e analisar a relação de dependência das exportações com aquele país, os benefícios e riscos envolvidos.

1 FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Cinco teorias que explicam o comércio internacional serão abordadas. O Mercantilismo, segundo Mariano e Carmo (2016), surge entre o período de decadência do modo de produção feudal e a consolidação dos Estados nacionais de regime absolutista e é reconhecido como o primeiro conjunto de ideias que buscavam explicar o comércio entre os países durante o desenvolvimento das teorias de comércio internacional. Ainda de acordo com o autor, o acúmulo de metais e a defesa dos interesses internos era fundamental para o fortalecimento estatal, por isso o mercantilismo entendia que o aumento progressivo do comércio e das exportações e a restrição das importações eram necessários para o acúmulo de riquezas e para a obtenção de superávits consecutivos das balanças de comércio. Em concordância com Brue e Grant (2017), a noção de Balança de Pagamentos entre nações foi vista pela primeira vez, ainda que rudimentar, na Escola Mercantilista.

Os mercantilistas deram uma contribuição duradoura para a economia ao enfatizar a importância do comércio internacional. Nesse contexto, também desenvolveram a noção econômica e de contabilidade do que é hoje denominado balanço de pagamentos entre uma nação e o resto do mundo (BRUE; GRANT, 2017)

Segundo Brue e Grant (2017), o fundador da Escola Clássica, Adam Smith, publica em 1776 uma alternativa à teoria mercantilista: A Teoria Das Vantagens Absolutas como a base do comércio internacional. Os autores dizem que Smith identificou que o comércio não seria a principal fonte de riquezas e sim a produção, onde a riqueza da nação vizinha não era uma ameaça e as nações deveriam especializar-se em produzir o bem que trouxesse uma vantagem absoluta, ou seja, que incorresse em menores custos e tempo de produção, enquanto deveriam importar aqueles que lhe custam mais produzir.

De acordo com Adam Smith, uma das condições necessárias para o estabelecimento de comércio entre duas nações seria a demanda de algum produto em cuja produção houvesse uma vantagem absoluta, ou seja, essa nação deveria necessariamente ter condições de produção mais favoráveis que as do país para o qual pretendesse exportar. (MARIANO E CARMO, 2016).

Já a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, consoante a Cândido (1999), diz que a expansão do comércio internacional conduz a uma especialização da produção, constituindo ganhos para todos os que participam do processo de troca. Ou seja, “[...] cada nação deveria se especializar na produção de itens para os quais possuísse maiores vantagens comparativas” (MARIANO; CARMO, 2016). Sendo assim, para Coutinho et al. (2005) a vantagem comparativa está ligada ao custo de oportunidade relativo à produção de um bem, isto é, a quantidade de um determinado bem que uma nação precisa deixar de produzir para focar a produção num outro bem diferente. Isso posto, essa teoria estava atrelada a menor mobilização de um único fator de produção: a mão de obra. Mariano e Carmo (2016) falam que a mercadoria que possuísse menor custo de produção em termos de unidade de mão de obra deveria ser a eleita para ser produzida e comercializada com as nações vizinhas, ganhando então com a exportação do excedente da produção. Assim, para Coutinho et al. (2005), Ricardo mostra que o intercâmbio entre os países não depende apenas das vantagens absolutas, estabelecendo que os produtos exportados deverão ser aqueles com maior produtividade relativa do trabalho, enquanto os importados aqueles com a menor.

Para o Modelo de Hecksher-Ohlin tem-se que “a proposição básica dessa teoria é a de que cada país se especializa na produção do item para o qual há melhor utilização do fator mais abundante na economia (MARIANO; CARMO, 2016).

Para os autores, a proporção dos fatores produtivos de cada país é o que determina o que será importado ou exportado por cada nação, exportando assim o produto disponível no país, em detrimento daquele em escassez.

A teoria da Deterioração dos Termos de Troca – Escola da Cepal, de acordo com Prebisch (1949), determina que a divisão internacional do trabalho, que adquiriu grande força no século XIX, prevaleceu nos países da América Latina, caracterizando-a como a periferia da economia mundial e tendo como papel principal a produção de alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais, sem a possibilidade de industrializar-se.

Moraes (1995) afirma que as teorias cepalinas surgiram de uma oposição ao pensamento clássico ricardiano das “vantagens comparativas”, que colocava como natural a distribuição de ganhos de produtividade e progresso técnico dos países centrais para os países produtores periféricos através do livre comércio e, segundo Couto (2007), pela baixa nos preços dos produtos manufaturados em razão do aumento de sua produtividade, de forma que os produtos primários de menor produtividade teriam um maior poder de compra.

Sandroni (2005) comenta que os primeiros estudos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) caracterizaram a América Latina como uma região fornecedora de produtos primários e principalmente como consumidora de produtos industrializados vindos do exterior. Para Prebisch (1949), existia uma discrepância significativa entre as remunerações dos fatores de produção nos países centrais e periféricos, o que realçava as diferenças, indo contra ao pressuposto clássico, uma vez que os preços dos produtos primários vinham se deteriorando em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros, ou seja, Couto (2007) afirma que a deterioração dos termos de troca e o processo de industrialização, dependente de importações, levavam os países periféricos ao subdesenvolvimento.

Portanto, a teoria teve como objetivo a superação do quadro de subdesenvolvimento através da elaboração de alternativas para o desenvolvimento de países latinos americanos em observância à deterioração dos termos de troca, inflação, heterogeneidade estrutural e análise sobre a tecnologia nas estruturas subdesenvolvidas.

1.2 PANORAMA DA BALANÇA COMERCIAL

O Fundo Monetário Internacional (FMI, 2019), define a Balança de pagamentos como o registro sistemático das transações econômicas entre residentes e não residentes de um país durante determinado período, “[...] evidenciando a saúde econômica e financeira do país.” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010). Passos e Nogami (2000), explicam que, dentro de sua estrutura, encontra-se a balança comercial, conta em que é registrado o saldo das exportações e importações de mercadorias contabilizadas pelo valor *free on board* (FOB), ou seja, pelo valor da mercadoria no embarque sem incluir frete e seguro.

Segundo Sandroni (2005), a balança comercial mede a relação entre as importações e exportações de um país.

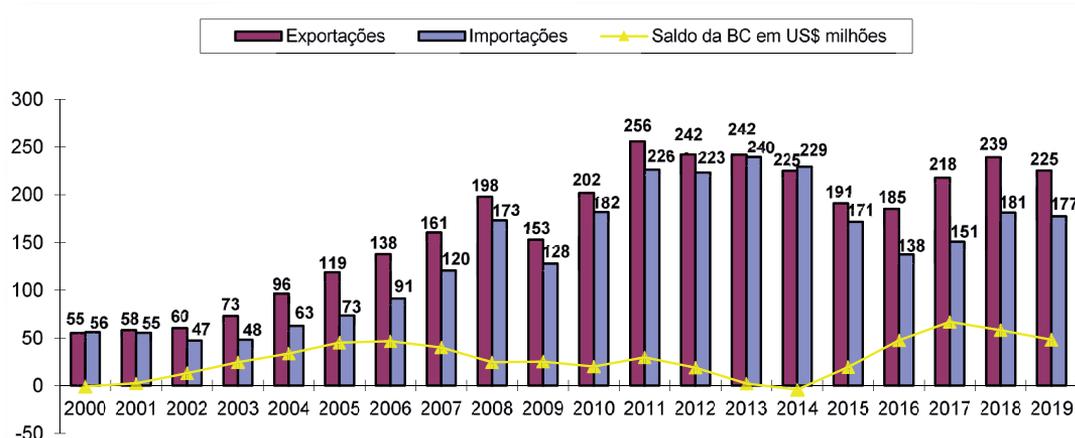
Quando o valor das exportações excede o das importações, o país apresenta um superávit e torna-se credor do estrangeiro, quando ao contrário, as importações superam as exportações, o país está em dívida com o estrangeiro e apresenta um déficit em sua balança comercial. (SANDRONI, 2005)

Sandroni (2005) acrescenta que vários fatores podem influenciar o déficit ou o superávit da balança comercial, sendo os mais importantes a evolução dos preços das importações e exportações de um país; e a evolução dos volumes importados e exportados. O autor relembra que nem sempre um superávit na balança comercial significa um superávit na balança de pagamentos, sendo um fenômeno recorrente de países subdesenvolvidos.

Predominantemente, os saldos da balança comercial brasileira foram positivos ao longo dos anos 2000 até 2019. De acordo com estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), o saldo mantém trajetórias ascendentes, salvo exceções pontuais, como 2008, devido à crise financeira mundial, e em 2014 como consequência da redução do crescimento chinês e da crise da zona do euro.

Apesar da leve queda no saldo em 2008 em relação aos anos precedentes, o saldo permaneceu positivo, uma vez que o Brasil é grande exportador de produtos básicos (*commodities*) e estes não sucumbiram ao impacto da crise financeira no setor hipotecário, chamada de crise do *SubPrime*, iniciada nos Estados Unidos (GRAF. 1). No entanto, as economias mundiais sentiram o impacto da crise, o que afetou diretamente a oferta e a demanda, pois estavam enfrentando a quebra geral de bancos e a redução do acesso ao crédito, além da desvalorização das moedas, incluso o real.

GRÁFICO 1 – Série histórica da balança comercial brasileira (2000-2019)



FONTE: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2019); Elaboração: os autores.

Sandroni (2005) define *commodities* dentro das relações comerciais como um tipo de mercadoria em estado bruto ou produto primário de grande importância comercial. Brahmhatt e Canuto (2010) relatam que os preços das *commodities* teriam apresentando o seu *boom* de 2003 a 2008, sendo para Souza e Veríssimo (2013) o seu pico em 2008 com uma queda na cotação destes ativos logo com a chegada da crise, por conta do receio dos especuladores às tendências futuras e pelas *commodities* estarem supervalorizadas. Ainda em conformidade com o autor, em um primeiro momento neste turbulento período, a apreciação do câmbio é benéfica para as exportações, mas não aguenta a queda da demanda mundial por importações. Nota-se que, justo no meio do tumulto da crise, em 2009 a trajetória da participação dos produtos manufaturados nas exportações cruzou com a trajetória da participação dos básicos, e seguiu daí em diante uma nova tendência: a perda de representatividade dos produtos manufaturados na pauta exportadora brasileira (GRAF. 1).

Ainda de acordo com o GRAF. 1, o saldo da balança comercial atinge seu pico em 2017, onde o volume financeiro das exportações foi de aproximadamente US\$ 217 bilhões, contra aproximadamente US\$ 150 bilhões nas importações, resultando num saldo superavitário de US\$ 66 bilhões, aproximadamente.

O primeiro déficit visto desde 2001 foi em 2014. O saldo deficitário em quase US\$ 4,2 bilhões se deu por conta da baixa das receitas com vendas de bens para o exterior e aumento do dispêndio com compras de bens estrangeiros. Neste ano, comerciantes deixaram de obter receita líquida de exportação. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2020) as exportações

caíram mais do que as importações em relação à 2013, apresentando uma variação de -7,02%, frente a -4,40% em importações. A Associação Brasileira de Comércio Exterior do Brasil (AEB, 2015) relata que a queda de -5,7% na corrente de comércio (exportações mais importações) em 2014, comparado ao ano anterior, sofreu os impactos da queda na venda de todos os grupos de agregados, com variação negativa na venda dos produtos básicos (-3,1%), semimanufaturados (-4,8%) e manufaturados (-13,7%). As *commodities*, que desde 2009 são responsáveis pela maior parte das exportações brasileiras (representando no mínimo 43% e chegando até 53% em 2019), foram as responsáveis pela perda de 21% no valor das receitas, comparado à 2013. Para a AEB (2015), a queda da exportação deste fator agregado teria levado à queda da entrada de divisas no país em 2014. No entanto, a participação destes produtos no total das exportações brasileiras continuou crescente, apresentando aumento de 2 pontos percentuais, sendo de 46,7% em 2013 frente a 48,7% em 2014.

O cenário interno do país em 2014 também não era favorável. O fraco crescimento econômico e o baixo nível de investimento levavam à busca por competitividade, com insumos mais baratos, que poderiam ser encontrados no exterior, sendo mais interessante importá-los, uma vez que o dólar não estava tão valorizado frente ao real como passaria a ser em 2015.

A partir de 2015 a taxa real/dólar passou a se desvalorizar aceleradamente. Tal desvalorização ajudou a balança comercial brasileira a atingir o superávit neste mesmo ano, uma vez que impulsionou as exportações e desestimulou as importações (variações negativas de 15% e 25%, respectivamente). Até 2019, a maior desvalorização do real frente à moeda americana havia sido em 2015. De 2016 até 2018, a taxa real/dólar manteve-se predominantemente constante. Em 2016, o saldo superavitário da balança não foi por conta do aumento das exportações, mas sim pela redução das importações. As exportações apresentaram variação negativa de 3% em relação ao ano anterior, frente à -20% nas importações. As trocas comerciais, tanto as exportações como importações, vêm apresentando crescimento desde 2017, após o período de queda que foi de 2014 até 2016. Em 2017, as exportações aceleraram (18% de variação em relação ao ano anterior) e as importações seguiram o mesmo movimento, ainda que moderadamente (10% de variação em relação à 2016). Ainda neste mesmo ano, a balança comercial brasileira apresentou seu maior superávit desde 2006, de US\$ 67 bilhões. Nonnenberg (2019) traz que a desvalorização das taxas efetivas de câmbio real tem sido inferior à da

taxa real/dólar nos últimos anos, movimento que explicaria a tendência de queda nas exportações no período de 2013 a 2016.

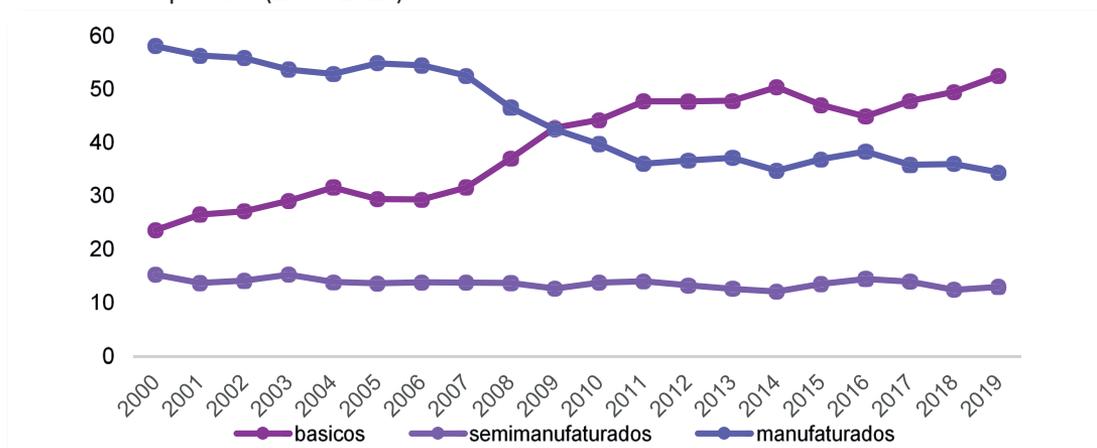
1.3 O COMPORTAMENTO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

“Desde 1999, o comércio exterior tem sido apontado como um dos segmentos com melhores resultados dentro da economia brasileira” (LOPEZ, 2006). Segundo o autor, ao que se refere as exportações, entre 1999 e 2004, essas cresceram em torno de 110%, tornando-se uma atividade promissora. Souza e Veríssimo (2013), destacam que o Brasil, na década de 2000, foi marcado por um significativo desempenho nas exportações de *commodities* em meio a um cenário de elevação dos preços nos mercados internacionais. Tal fato configurou um ambiente favorável para a especialização das exportações brasileiras em produtos primários, devido também às vantagens comparativas que o país possui na produção desses bens, baseadas em recursos naturais e mão de obra. Contudo, os autores alegam que há uma significativa diferença na contribuição para o crescimento econômico de uma estrutura produtiva especializada em *commodities* e uma estrutura produtiva intensiva em tecnologia, onde essa última tende a proporcionar maiores taxas de crescimento.

No GRAF. 2, observa-se que no início da década o Brasil aderiu à tendência mundial que, diante ao Estudo Especial nº 38/2019 do Bacen, tinha como característica o declínio na participação dos manufaturados nas exportações, e a ascensão dos produtos básicos. Apesar da trajetória descendente, até o ano de 2009 os produtos industrializados eram a maior parcela de produtos exportados pelo país. A partir desse ano até os dados mais recentes, o acumulado da participação dos básicos foi superior e ainda crescente, representando uma importante mudança para a pauta exportadora brasileira.

Ao mesmo passo em que o Brasil deslanchou suas exportações de *commodities*, embalou sua relação comercial com sua maior parceira comercial, a China. Negri (2005) diz que o forte desempenho das importações da China fez com que o país emergisse como um mercado importante para as exportações de vários países, inclusive para o Brasil. Entretanto, as oportunidades criadas pelo crescimento do mercado chinês não foram aproveitadas de forma homogênea entre os diferentes setores da economia brasileira. Desta forma, a agropecuária foi o setor mais beneficiado pelo seu crescimento.

GRÁFICO 2 – Percentual de participação de cada tipo de produto nas exportações brasileira por ano (2000-2019)

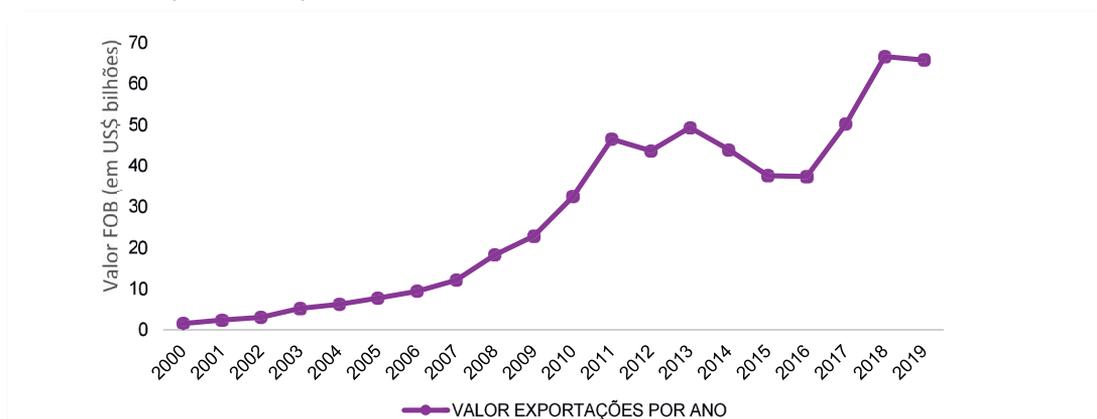


FONTE: MDIC (2020); Elaboração: os autores

No ano de 2009, marco em que o Brasil passou a exportar mais bens primários do que manufaturados, nota-se, como ilustrado no GRAF. 3, crescimentos mais expressivos a cada ano nas exportações para a China. Segundo Pautasso (2010), neste ano, a China se tornou o maior parceiro comercial brasileiro, tomando o lugar do Estados Unidos após décadas; e recebeu 13,1% do total exportado, enquanto o Brasil era destino de apenas 1,3% das exportações chinesas.

De acordo com Negri (2005), a maior parte do crescimento das exportações brasileiras para a China foi devido ao aumento da demanda de produtos primários, de forma que em 2003 estes já representavam 30,4% do total de exportações para o mundo, concomitante a uma redução na importância das exportações brasileiras de manufaturados. Ou seja, “[...] nesse período ocorreu uma primarização da pauta de exportações brasileiras para aquele país” (IPEA, 2015).

GRÁFICO 3 – Comportamento das exportações (em US\$) para China, Hong Kong e Macau (2000-2019)



FONTE MDIC (2019); Elaboração: os autores

De acordo com o Bacen (2019), o baixo crescimento dos países consumidores dos produtos manufaturados produzidos em território nacional e a falta de estrutura e representatividade do Brasil no mercado dos semimanufaturados e manufaturados fez com que houvesse a reversão da participação brasileira.

Em conformidade com o MDIC (2020), em 2019 o Brasil arrecadou US\$ 225,4 bilhões em exportações. O volume financeiro exportado apenas em *commodities* foi de aproximadamente US\$ 93,6 bilhões, o que representou aproximadamente 42% do total das exportações brasileiras. Para o mesmo ano, os principais produtos brasileiros exportados foram: soja mesmo triturada, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, minérios de ferro e seus concentrados e celulose, sendo esse último o único produto que não se enquadra como *commodity*. Somados, atingem um valor financeiro de aproximadamente US\$ 88 bilhões (FOB) e representam quase 40% do total de exportações em 2019 (TAB. 1).

TABELA 1 – Cinco principais produtos exportados pelo Brasil em 2019 (em US\$ FOB) e sua representatividade no total de exportações brasileiras

TIPO	PRODUTO	VALOR FOB (US\$ bilhão)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%)
Básico	Soja, mesmo triturada	\$ 26,08	11,57%
Básico	Óleos brutos de petróleo	\$ 24,20	10,74%
Básico	Minérios de ferro e seus concentrados	\$ 22,68	10,06%
Semimanufaturado	Celulose	\$ 7,47	3,32%
Básico	Milho em grãos	\$ 7,21	3,23%
Total exportações dos principais produtos		\$ 87,70	38,92%
Total geral de exportações do Brasil		\$ 225,4	100,00%

FONTE: Comex Stat (2020); Elaboração: os autores

Em comparação, de acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB, 2019), tem-se a China como um importante e maior parceiro comercial do Brasil, onde em 2018 foram registradas mais de 80 mil declarações de exportação, totalizando US\$ 66,6 bilhões e 26,7% do total das exportações brasileiras. Para 2019, há um total de US\$ 63,4 bilhões e aproximadamente 28,1% do total de exportações brasileiras. Os principais produtos importados pela China em 2019 coincidem com os produtos mais exportados pelo Brasil, exceto pela carne bovina congelada, a qual substitui o milho no panorama geral (TAB 2). Somados, atingem um valor financeiro de aproximadamente US\$ 29,3 bilhões (FOB) e representam 25% do total de exportações brasileiras.

Vale ressaltar que, nesses anos, a balança comercial chinesa apresentou um superávit em relação ao mundo todo exceto com o Brasil, o qual teve um superávit de quase US\$ 30 bilhões ambos os anos em relação a chinesa. Ou seja, o Brasil exportou mais do que importou da China.

TABELA 2 – Cinco principais produtos exportados pelo Brasil em 2019 (em US\$ FOB) para China e sua representatividade no total de importações chinesas

TIPO	PRODUTO	VALOR FOB (US\$ bilhão)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA CHINA (%)
Básico	Soja, mesmo triturada	\$ 20,45	32,28%
Básico	Óleos brutos de petróleo	\$ 15,48	24,43%
Básico	Minérios de ferro e seus concentrados	\$ 13,55	21,35%
Semimanufaturado	Celulose	\$ 3,02	4,76%
Básico	Carne bovina, congelada	\$ 2,69	4,24%
Total de exportações dos cinco principais produtos para China		\$ 29,03	87,07%
Total geral de exportações do Brasil para China		\$63,40	25%

FONTE: Comex Stat (2020); Elaboração: os autores

A soja mesmo triturada, em 2019, foi a primeira colocada no ranking das exportações, número um no ranking dos produtos básicos e primeiro lugar no setor agropecuário, frente aos dados do ComexStat (2020). Representou 11,57% das exportações totais brasileiras em 2019, com um volume financeiro de aproximadamente US\$ 26,08 bilhões, 32,28% e US\$ 20,45 bilhões do total de exportações para China. O Brasil, que só perde para o Estados Unidos em produção, teve 78,43% de toda a sua produção exportada destinada ao mercado chinês, seguido de Holanda e Espanha, ambos com 4%, Tailândia (2,4%) e Turquia (2,3%).

Os óleos brutos de petróleo, em 2019, ocupam o segundo lugar no ranking das exportações brasileiras e é o primeiro no ranking nas exportações da indústria extrativista. Conforme o MDIC (2020), a *commodity* resultou em 10,54% das exportações totais do Brasil e arrecadou aproximadamente US\$ 24,20 bilhões. A participação da China é expressiva, onde 63,97% do total de sua produção foi destinado a ela, representando 24,43% e US\$ 15,48 bilhões do total de sua importação do Brasil.

Os minérios de ferro e seus concentrados, segundo o ComexStat (2020), ocuparam o terceiro lugar no ranking geral de exportações de 2019 e equivaleu a 10,06% e US\$ 22,2 bilhões. Junto com os óleos brutos de petróleo, dominaram a indústria extrativa. A Ásia é o principal destino deste básico, sendo os principais compradores: China, Malásia e Japão. 59,64% de toda a sua produção exportada foi destinada à China, correspondendo a US\$ 13,55 bilhões e 21,35% do total de exportações para o país.

A celulose é classificada como um produto semimanufaturado e, segundo o ComexStat (2020), o Brasil ocupa o posto de maior exportador mundial de celulose, sendo o quarto produto no ranking geral de exportações, com 3,32% do total de exportações e uma arrecadação de US\$ 7,47 bilhões. O maior consumidor da celulose brasileira é a China, a qual importou o equivalente US\$ 3,02 bilhões, 4,76% do total de exportações brasileiras e 40,37% do total produzido.

A carne bovina congelada, em conformidade com o MDIC (2020), representou 3,23% do total das exportações do Brasil, estando na sexta posição do ranking geral. Dos US\$ 7,21 bilhões arrecadados, US\$ 2,69 bilhões foram provenientes das importações chinesas, representando 4,24% do total das exportações para a China e 47,5% de toda a produção brasileira.

O milho em grãos (milho não moído, exceto milho doce), dado informações do ComexStat (2020), ocupou o quinto lugar em 2019 nas exportações totais (3,23%). É o segundo colocado nas exportações do setor agropecuário, representando 16,9% das exportações totais deste setor. É o primeiro dos cinco principais produtos em que o principal comprador não é a China, sendo esse Taiwan, com 25% de participação, seguido do Japão com 13%.

TABELA 3 – Cinco principais produtos exportados pelo Brasil em 2019 (em US\$ FOB) para China e sua representatividade no total de exportações brasileiras de cada produto

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO PRODUTO (%)
Soja, mesmo triturada	78,43%
Óleos brutos de petróleo	63,97%
Minérios de ferro e seus concentrados	59,64%
Celulose	40,37%
Carne bovina, congelada	47,50%

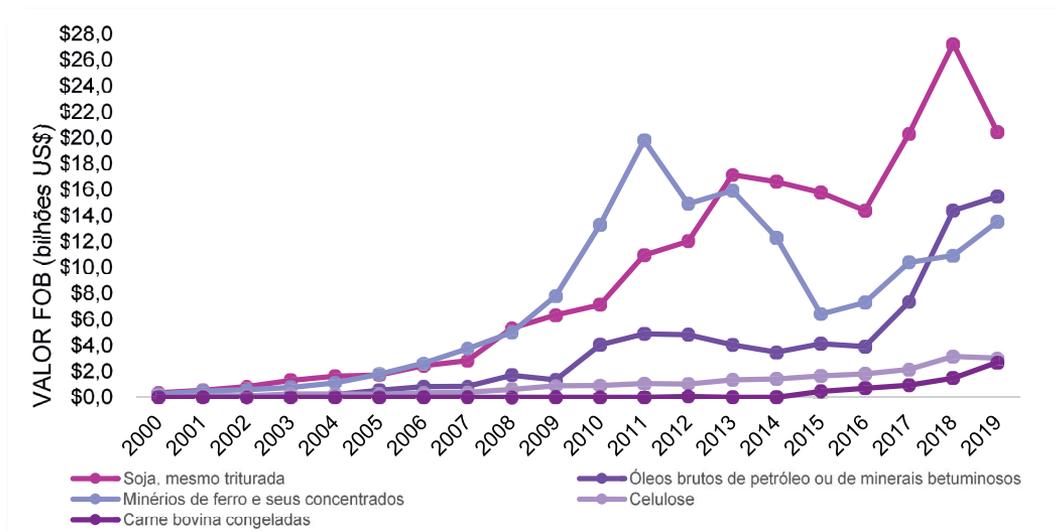
FONTE: Comex Stat (2020); Elaboração: os autores

A partir do GRAF. 4 é visível o comportamento das cinco principais *commodities* exportadas pelo Brasil para a China nas últimas duas décadas, as quais acompanharam o mercado internacional de produtos brasileiros. Os minérios de ferro e seus concentrados,

que até 2012 era o principal produto exportado em valor, teve em 2013 sua posição ocupada pela soja, a qual permanece até então na primeira posição, confirmando assim sua expressiva participação em relação aos demais produtos.

A ascensão ao longo dos anos da participação do produto, pode ser em parte explicado pelo aumento do preço internacional do grão, que se manteve alto até 2015, quando sofreu uma queda de 24% no seu valor. No entanto mantendo-se ainda na primeira posição, até que em 2018 voltou a crescer apresentando neste mesmo ano seu pico de exportação.

GRÁFICO 4 – Comportamento (em US\$) das cinco principais commodities exportadas pelo Brasil para a China (2009-2019)



FONTE: Comex Stat (2020); Elaboração: os autores

2 METODOLOGIA

Com o intuito de verificar o comportamento das exportações brasileiras a partir do ano 2000, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir da seleção adequada de estudos e artigos relevantes ao tema, buscados em bibliotecas eletrônicas de publicações científicas retiradas de base de dados e em livros de Economia Internacional. Através do método hipotético-dedutivo e de uma análise descritiva quantitativa completa e imparcial, buscou-se a totalidade das informações necessárias e suficientes para embasamento teórico. Conforme Matias-Pereira (2016), o método hipotético-dedutivo parte do pressuposto que dados sobre determinado assunto são insuficientes para explicar o fenômeno, dando origem a um problema. Sendo assim, para tentar explicar as dificuldades expressas no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses, das quais se deduzem consequências.

Em seguida, foram levantados dados estatísticos de órgãos governamentais de divulgação, como Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Receita Federal do Brasil (RFB), Banco Central (Bacen) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a finalidade de justificar a relação de dependência das exportações nas últimas décadas e possibilitar a análise dos riscos e benefícios.

A partir do levantamento de dados e a luz dos estudos verificaram-se os objetivos principais propostos.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após o aprofundamento nas teorias de comércio internacional e o estudo do papel destas, tem-se que as relações de troca são cruciais para suprir as demandas de bens e serviços de um país. Fazem-se necessárias as trocas para o seu crescimento econômico, ampliação de mercados consumidores, atingir níveis de distribuição e tecnologia para a composição completa e superavitária de sua balança comercial.

A despeito do Brasil, no início do ano 2000 as *commodities* representavam uma considerável parcela nas exportações do país, mas ainda não superavam a de produtos semimanufaturados. Contudo, em 2009, marco na pauta exportadora brasileira, essa situação se inverteu, ao passo em que as exportações de *commodities* para China também aumentaram exponencialmente. É o início do período em que os produtos básicos passam a ser novamente o eixo das exportações brasileiras.

Diante disto, ao mesmo tempo que percebemos a reversão da trajetória da participação dos produtos semimanufaturados e manufaturados, torna-se evidente um aprofundamento na relação comercial entre o Brasil e China no âmbito macroeconômico, em que 28,1% de toda a exportação de 2019 foi direcionada ao parceiro asiático. Nota-se os primórdios de uma forte dependência brasileira ao mercado chinês, sobretudo por esse ser o maior consumidor dos principais produtos brasileiros exportados, notadamente a soja, que tem 78,4% de toda sua produção direcionada ao país asiático.

A crescente importância da China no comércio exterior do Brasil, sugere um conjunto de desafios e oportunidades. É óbvia a contribuição e vital papel das exportações de *commodities* para o crescimento econômico brasileiro durante as últimas décadas, sendo fundamental para a manutenção da economia brasileira. Entretanto, se torna preocupante a primarização da pauta exportadora brasileira e a forte relação de dependência do Brasil para com a China, pois o país fica suscetível a quaisquer intempestivos que podem vir a comprometer a China, afetando não somente a balança comercial brasileira, mas também o desenvolvimento socioeconômico do país.

Conforme os dados demonstram nos últimos dois anos, manter uma relação comercial estreita com a China pode garantir superávits constantes (uma vez que o Brasil compra menos produtos de origem chinesa do que a China compra bens brasileiros). Trata-se, portanto, da evolução dos volumes exportados e do preço do grão, fatores que influenciam diretamente as vendas ao exterior. No entanto, é incerto se futuramente essa relação será suficiente para sustentar o crescimento e manter a saúde econômica do país, já que sua economia está baseada nas exportações de produtos básicos, obtendo então menores taxas de crescimento.

Ademais, crises, acordos comerciais e eventuais estados de calamidade que incorram em limitações de mercados consumidores do exterior podem ser prejudiciais para parcerias comerciais com outros países. Como por exemplo, uma situação válida a ser delineada é um possível acordo comercial da China com os Estados Unidos, podendo acarretar um corte na compra da soja brasileira por parte da China e essa passe a comprar a soja norte-americana, em conformidade com um acordo firmado entre ambas as nações. Partindo deste cenário, o resultado esperado desta situação hipotética é de uma queda brusca no saldo da Balança Comercial do Brasil, e na produção interna, uma vez que a demanda é ineficaz para absorver a oferta.

Ressalta-se também que os preços das *commodities* são mais voláteis do que os preços de bens manufaturados, portanto, os produtores de *commodities* estão suscetíveis a oscilações nos preços determinados pelo mercado. Dessa forma, manter o mercado consumidor externo reduzido a praticamente um país se torna um risco, pois o Brasil se torna vulnerável às determinações do mercado chinês, sendo incapaz de buscar melhores condições de negócio em outros mercados.

Durante o século XIX, a Grã-Bretanha tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, em substituição a Portugal; e, durante o século XX, os EUA tomaram o lugar da Grã-Bretanha nos negócios com nosso país. Em outras palavras, a ascensão dos polos hegemônicos do sistema mundial e as reestruturações do capitalismo têm tido repercussão direta sobre a inserção internacional do Brasil. Dessa forma, a virada do século XX-XXI marca a mudança da China nas relações exteriores brasileiras. (PAUTASSO, 2010)

O cenário e a cultura de dependência econômica é algo apontado desde os tempos coloniais brasileiros. Inicia-se com Portugal, passa a ser Inglaterra e depois Estados Unidos. O lugar da China no comércio exterior brasileiro reflete um suposto processo de diversificação dos negócios realizados pelo Brasil, com a mudança do polo geográfico das exportações brasileiras. Todavia, vem se mostrando como a perpetuação do estado de primarização da pauta exportadora e subdesenvolvimento do país, à medida que as exportações são pautadas em *commodities* e China entra com o poderio tecnológico e financeiro.

De certo modo, a economia brasileira apresenta as características inerentes aos demais países em desenvolvimento da América Latina, com economias produtoras de matérias primas, responsáveis pela produção ligada ao uso intensivo de recursos naturais. Ao passo que as economias emergentes estariam se especializando na produção de bens industrializados, intensos em tecnologia, a demanda por matérias-primas é suprida pelos países periféricos, carentes de recursos necessários para se tornarem competitivos na indústria de transformação e de bens e serviços avançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, neste trabalho, diante o contexto apresentado, analisar – primordialmente – as relações comerciais brasileiras no período que compreende os anos 2000 até 2019, sendo o âmbito as *commodities*. Procedeu-se a análise dos dados e entendimento das teorias comerciais, expondo a relação de submissão que o pauta exportadora se encontra em relação às *commodities*. Foi encontrada, enfim, a importância que a China tem para nossa saúde comercial e as portas que o setor agrícola abre para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Por outro lado, traduz-se que o país está exposto à eventuais consequências procedentes de uma instabilidade na economia chinesa e aos riscos alheios ao comércio internacional.

Abre-se espaço também para um debate para saber se, no longo prazo, os frutos oriundos da industrialização são colhidos pelos indivíduos, ou se a distribuição não é feita de forma uniforme, isto é, se os tais frutos se concentram nas mãos das empresas e não na mão da população em geral. Não obstante, há quem diga o mesmo sobre a distribuição da renda e políticas sociais de países exportadores de básicos. As economias agroexportadoras, como o Brasil, sofrem com a má gestão e problemas de governança, especialmente em relação aos seus recursos naturais, levando tais nações ao empobrecimento. A fragilidade econômica pode levar à exploração indevida dos recursos naturais e, no longo prazo, levar a possibilidade de escassez das matérias primas.

Tendo em vista a exposição da relação de dependência comercial que o Brasil possui com a China e com as *commodities*, faz-se necessária a análise e interpretação dos dados para formulação de hipóteses e, nesse sentido, delineamento de possíveis resultados vindos de acontecimentos que possam influenciar a pauta comercial brasileira e em seu desenvolvimento. Por conseguinte, as hipóteses devem servir de incentivo à ampliação de mercados consumidores, bem como a busca de decisões e alternativas para exportações brasileiras, caso as matérias-primas enfrentem a escassez ou, por algum motivo, a China não possa mais ser nossa parceira comercial.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. **Análise da Balança Comercial Brasileira – 2014**. AEB, 2015. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/noticias/downloads/1382_AEB%20An%C3%A1lise%20da%20Balan%C3%A7a%20Comercial%20Brasileira%202014.pdf> Acesso em: 19 jun. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Evolução da pauta exportadora brasileira e seus determinantes. **Estudo Especial n. 38/2019**, v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Evolucao_da_pauta_exportadora_brasileira_e_seus_determinantes.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- BRAHMBHATT, Milan; CANUTO; Otaviano. Natural resources and development strategy after the crisis. **Economic Promise**, Washington, DC, n. 1, p. 1-7, Feb. 2010.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Receita Federal assina acordo de reconhecimento mútuo entre programas OEA do Brasil e da China**. Brasília, out. 2019. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2019/outubro/receita-federal-assina-acordo-de-reconhecimento-mutuo-entre-os-programa-oea-do-brasil-e-china>>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Comex Vis**: visualizações de comércio exterior. 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- _____. **Séries históricas**. 2000-2019. Estatísticas de comércio exterior (MDIC). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. **História do pensamento econômico**. 8. ed. São Paulo: Cengage, 2017.
- CÂNDIDO, Aécio. Teorias do desenvolvimento e desenvolvimento no Brasil. **Caderno Leituras de Sociologia**, Mossoró, v. 2, 1999.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- COUTINHO, Eduardo Senra et al. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias do comércio exterior. **Economia de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, out. 2005.
- COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1(29), p. 45-64, abr. 2007.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Balance of payments and international investment position manual**. 6th ed. Washington, D.C.: IMF Multimedia Services Division, 2009.
- KRUGMAN, Paul.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 8. ed. São Paulo: Makron Books, 2010.
- LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira et al. **Gestão de negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

- LOPEZ, José Miguel Cortiñas. **Exportação Brasileira**: a real participação das empresas. São Paulo: Lez; Aduaneiras, 2005.
- MARIANO, Jefferson; CARMO, Edgar. **Economia Internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MORAES, Reginaldo. Celso Furtado. **O subdesenvolvimento e as ideias da Cepal**. São Paulo: Ática, 1995.
- NEGRI, Fernanda de. O perfil dos exportadores industriais brasileiros para a China. **Texto para Discussão**, n. 1091, Brasília, maio 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1091.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- NONNENBERG, Marcelo José Braga. Setor externo: taxa de câmbio efetiva real. Carta de Conjuntura, Brasília, seção 3, maio 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/setor-externo>>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- PASSOS, Carlos Roberto M.; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 3. ed. São Paulo: Guazelli, 2000.
- PAUTASSO, Diego. O lugar da China no comércio exterior brasileiro. **Meridiano 47: Journal of Global Studies**, v. 11, n. 114, p. 25-27, jan. 2010. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3935/3605>>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, p. 47-111, jul. 1949.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SEGALIS, Gabriel; FRANÇA, Ronaldo de; ATSUMI, Shirley Y. K. **Fundamentos de importação e exportação**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- SOUZA, Túllio Assis; VERÍSSIMO, Michele Polline. O papel das commodities para o desempenho exportador brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 79-94, 2013.